



A RELIGIÃO CRISTÃ NA VISÃO DE UM NÃO-CRISTÃO: A *HISTORIA NOVA* DE ZÓSIMO (SÉCULOS V-VI EC)

THE CHRISTIAN RELIGION FROM THE VIEW OF A NON-CHRISTIAN:
THE *HISTORIA NOVA* OF ZOSIMUS (5th-6th CENTURIES CE)

Jéssica da Costa Minati Moraes¹

RESUMO

Neste artigo visamos entender a visão de um autor não-cristão em uma sociedade já amplamente cristianizada, entre os séculos V e VI da era comum. Para atingir esse objetivo, utilizamos a única obra escrita por Zósimo, um burocrata bizantino, chamada *Historia Nova*. Nesta obra, selecionamos o Livro II, onde o autor antigo expressa suas críticas ao imperador Constantino I e conseqüentemente a religião cristã, demonstrando sua aversão em relação ao abandono das práticas religiosas tradicionais romanas.

Palavras-chave: Zósimo; História Nova; religião cristã.

ABSTRACT

In this article we seek to understand the vision of a non-Christian author in a society that was already widely Christianized, between the 5th and 6th centuries of the common era. To achieve this goal, we used the single work written by Zosimus, a Byzantine bureaucrat, called *Historia Nova*. From this work, we selected Book II, where the ancient author expresses his criticisms of Emperor Constantine I and consequently of christian religion, demonstrating his aversion to the abandonment of traditional religious practices.

Keywords: Zosimus; New History; christian religion.

INTRODUÇÃO

Este artigo trata-se de um recorte do tema proposto para a elaboração projeto de pesquisa para a Iniciação Científica, utilizando-se da mesma documentação textual para o desenvolvimento do assunto: a visão de Zósimo (460 – 518/520) sobre a religião cristã em sua obra.

¹ Graduanda em História na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências de Assis. E-mail: jessica.cm.moraes@unesp.br. Orientanda de Iniciação Científica da Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho, docente da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca. *Agradeço à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) pelo financiamento de minha pesquisa de Iniciação Científica (processo nº 2022/12572-8) e a minha querida orientadora Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho pelo apoio, ajuda e brilhante orientação.



Nossa pesquisa se insere entre os séculos V e VI da era comum², no que comumente chamamos de Antiguidade Tardia, e este período é lembrado principalmente pelas transformações políticas no território romano, que estava dividido oficialmente desde o ano de 395 em Império Romano Ocidental e Império Romano Oriental. Esta divisão não era apenas territorial, mas também administrativa, linguística e religiosa (FRANCO JÚNIOR; ANDRADE FILHO, 1985, p. 43 - 44). Nesta última, é importante destacar o surgimento de diversas vertentes cristãs, por isso, cada Império identificou-se com diferentes maneiras de viver e praticar a religião. Para exemplificar, eram utilizadas fórmulas distintas a fim de compreender o dogma Trinitário, e por isso, os bispos costumavam se acusar mutuamente de práticas heterodoxas. Logo, observamos muitos conflitos internos na religião cristã (ERRINGTON, 2006, p. 1).

Apesar das dissidências religiosas, a relação entre o Império Ocidental e Oriental era boa, e só chegou a sofrer um impacto após a instabilidade política em Roma depois de 476, pois Constantinopla acreditava que não era vantajoso desperdiçar tempo, recurso e seus exércitos para o auxílio àquela região, visto que não seria possível reverter as migrações germânicas (KOZINSKI, 2010, p. 116). Roma, então, foi considerada um fardo para Constantinopla, mas de acordo com Fiona K. Haarer, o Oriente não abandonaria totalmente a cidade, pois trazia consigo uma grande tradição e prestígio (HAARER, 2006, p. 74 - 75).

A respeito da nova religião, após a política de perseguições iniciada por Diocleciano (243/245 - 311/312) no fim do século III e início do século IV e terminada com o Edito de Milão, decretado em 313 pelo imperador Constantino I (272 - 337), o primeiro imperador a reconhecer a religião cristã, permitiu-se que seus adeptos a praticassem. A religião romana continuou a ser praticada por muito tempo, mesmo quando em 391 o Imperador Teodósio I (346 - 395), por um decreto, extinguiu o fogo eterno no Templo de Vesta e todos que praticavam os rituais não-cristãos ou celebravam qualquer auspício relacionado à antiga religião seriam perseguidos e castigados. Importante lembrar que a religião cristã era a religião oficial do império desde 384, quando do decreto do próprio Teodósio, através do Edito de Tessalônica (NICHOLSON, 2018, p. 1484).

A religião romana neste período já não era entendida da mesma forma e suas práticas também haviam se modificado, visto que nem todas as pessoas eram de fato politeístas, e na porção grega do império, havia muitos cidadãos que se entendiam como Helenos ou Helênicos (KAHLOS, 2020, p. 93). Além disso, a religião antiga passou a se misturar com alguns conceitos do neoplatonismo (HUMPHRIES, 2018, p. 78). Alguns rituais e cultos continuaram a existir e outros foram modificados para se adequar à narrativa cristã, para assim evitar perseguições (STENGER, 2018, p. 406).

² Todas as datas referidas tratam-se da Era Comum, exceto quando devidamente indicadas.



Por isso, evitamos utilizar o termo “pagão”, visto que a religião romana era comum a todos. Jan R. Stenger afirma que “a retórica cristã teria sido a inventora dos pagãos ou do conceito de ser pagão”, pois os autores cristãos do período utilizavam esse termo e também as descrições das práticas da religião para atacar os não-cristãos de forma maliciosa (STENGER, 2018, p. 394 - 395). Desta forma, quando nos referimos a Zósimo, ele é tratado como um não-cristão ou politeísta, mesmo não sendo possível afirmar se praticava o culto a diversos deuses.

CONHECENDO ZÓSIMO: BUROCRATA BIZANTINO E HISTORIADOR

Nosso autor antigo, Zósimo, é considerado o último historiador não-cristão da Antiguidade Tardia (HARL, 1990, p. 12; MALDONADO, 2019, p. 342). Devido à escassez de informações sobre sua vida, algumas informações são hipotetizadas e as datas estabelecidas por aproximação. Acreditamos que tenha nascido por volta do ano 460 e vivido até 518 ou 520, e neste período publicou a sua obra. O que sabemos com mais detalhes é que ocupou um cargo no Império Romano do Oriente, atuando como advogado do fisco (*advocatus fisci*) na prefeitura pretoriana do Oriente. (BUCK, 1999, p. 342). Foi contemporâneo dos imperadores Zenão (425 – 491) e Anastácio (430 – 518), então é possível que seu período como funcionário do império coincidiu com o governo de um desses imperadores.

Clyde Pharr afirma que os advogados do fisco atuavam com a parte legal fiscal do Império, portanto, podemos supor que Zósimo pode ter tido uma origem aristocrática e uma boa educação (PHARR, 1952, p. 573). Visto que neste período, diversos funcionários em cargos administrativos eram indicados pelo imperador (McCORMICK, 2008, p. 135). Além disso, após a aposentadoria, teria recebido o título de *comes*. As pessoas que recebiam esse título, geralmente atuavam como uma espécie de conselheiro do imperador. É importante esclarecer, que quando falamos em aposentadoria, não é no sentido contemporâneo, mas sim porque alguns cargos possuíam um tempo de atuação pré-definido, e após esse período, os funcionários se aposentavam. No caso dos advogados do fisco, esse tempo de atuação seria de dois anos (McCORMICK, 2008, p. 146).

Podemos alicerçar nossa hipótese sobre essa origem nobre se analisarmos também a importância do cargo que Zósimo ocupava e quais as suas funções enquanto burocrata bizantino. Sam Barnish, A. D. Lee e Michael Whitby argumentaram que os advogados do fisco recebiam altos salários, possuíam amplo conhecimento jurídico — principalmente das leis aplicadas a questões fiscais — e atuavam no tesouro do Império, responsáveis pelas finanças em geral, coleta de impostos e gastos públicos (BARNISH; LEE; WHITBY, 2008, p.



178). Além é claro do conhecimento relativo aos processos de taxaço, coleta e distribuço desses impostos em todo o Império Romano Oriental (HALDON, 2015, p. 352).

A HISTORIA NOVA DE ZÓSIMO

A única obra escrita por Zósimo, *Historia Nova*, divide-se em seis livros, e há um único manuscrito que sobreviveu ao tempo, e encontra-se na Biblioteca Apostólica Vaticana (*Manuscript. Vat. Gr. 156*)³, originalmente escrito em grego. Há uma parte faltando no final do Livro I e início do Livro II, mas não trazem nenhum prejuízo no entendimento da obra. O Livro VI termina abruptamente no ano de 410, e não é possível saber se o restante do livro foi perdido, ou se a data em que Zósimo estava escrevendo coincidiu com a sua morte, deixando assim a obra incompleta.

Acreditamos que a obra Zósimo tenha sido lavrada entre os anos de 498 e 518, baseada em uma passagem onde o autor antigo se refere ao crisárgiro, um imposto criado por Constantino I e abolido pelo imperador Anastácio em 498. O fato de o trecho se referir no tempo passado corrobora essa teoria: “de fato, as mães vendiam seus filhos e os pais prostituíam suas filhas sob pressão para pagar o exator⁴ do crisárgiro” (ZOS, II, 38, 3^o).

A obra de Zósimo não é totalmente original, pois utiliza diversos autores como fonte, mas podemos destacar Eunápio de Sardis (349 – ?), amplamente referenciado nos Livros II a V e também Olimpiodoro de Tebas (380 – 425), dois autores que também sabemos que não eram cristãos, portanto, algumas das opiniões que Zósimo expressa ao longo da obra, podem ou não ter sido influenciadas pelas suas fontes, como também podem estar em concordância (BUCK, 1988, p. 37; 1999, p. 342).

Hoje, temos à disposição versões da *Historia Nova* em alguns idiomas como o espanhol, italiano, francês e inglês. Para o projeto de pesquisa e também para o presente artigo, optamos pela consulta à versão inglesa, publicada em 1982 e traduzida do grego para o inglês por Ronald T. Ridley e também trechos da versão francesa com a tradução de François Paschoud e divulgada pela *Les Belles Lettres* em 2000.

Em toda sua obra, Zósimo demonstra sua forte opinião anti-cristã e também tece diversas críticas e opiniões polêmicas a respeito do Imperador Constantino e também Teodósio I, muito provavelmente pelas políticas religiosas praticadas por esses dois imperadores no que diz respeito à religião cristã (NIUTTA, 2016, p. 154). Mas Constantino é o principal alvo das críticas um tanto ácidas, inclusive sobre a personalidade do imperador, que Zósimo acredita ser um homem arrogante, impiedoso, opressor e maligno.

³ A cópia digitalizada do manuscrito pode ser consultada on-line. Disponível em: https://digi.vatlib.it/view/MSS_Vat.gr.156. Acesso em: 04 de nov. 2022.

⁴ O exator seria o funcionário responsável pela cobrança do imposto.

⁵ Tradução nossa. Todos os trechos citados nesse trabalho são de nossa livre tradução a partir das versões inglesa e francesa da obra de Zósimo.



Encontramos as passagens e opiniões de Zósimo sobre Constantino no Livro II, que se inicia no governo de Diocleciano e termina no ano de 354, mas o que nos interessa são os trechos até o capítulo 39. Nesse livro estão também as considerações que Zósimo faz a respeito das práticas religiosas e suas teorias sobre o colapso do Império Romano.

POLÍTICA E RELIGIÃO NA VIDA DE CONSTANTINO I

Antes de chegarmos de fato às críticas de Zósimo ao Imperador Constantino, precisamos entender algumas de suas políticas, principalmente aquelas que dizem respeito à religião cristã, e também aspectos de sua vida que contribuem para os criticismos a ele.

Constantino teria nascido no ano de 272 em Naísso, atual Sérvia, filho de Constâncio Cloro (250 – 306) — um dos governantes da Tetrarquia — e Helena (250 – 330), uma mulher cujas origens ainda são obscuras e não possuímos muitas informações a respeito dela. É dito que Constâncio Cloro divorciou-se ou repudiou Helena para se casar com Teodora (c. 275 – ?) em 289, que era filha ou enteada do imperador Maximiano (250 – 310), portanto, muitos autores da Antiguidade Tardia — inclusive Zósimo — afirmavam que Constantino não teria direito de ser imperador, pois não era sabido o status social da relação de seus pais e seu governo era ilegítimo (POHLSANDER, 1996, p. 13 - 14).

Naquele momento, o império era governado por dois Augustos e dois Césares, sendo cada um responsável pela administração de uma grande área territorial. A Tetrarquia, proposta por Diocleciano, foi de grande ajuda na administração imperial, porém não impediu os conflitos entre os governantes, principalmente após a renúncia do imperador citado, em 305, e também de Maximiano. Então, Galério (258 – 311) e Constâncio Cloro são elevados a Augustos, e Maxêncio (c. 278 – 312) e Severo (? – 307) os novos Césares (TREADGOLD, 1997, p. 26). Constantino juntou-se a seu pai na Bretanha, e após a morte de Constâncio, as tropas proclamaram Constantino como novo Augusto, no ano de 306. Enquanto os romanos, que não eram simpáticos a Severo, proclamaram Maxêncio como Augusto. Em algum momento, o império chegou a ter seis *Augusti*, tal era a disputa pelo poder. Daí em diante, seguiram-se diversos conflitos internos entre os governantes do império, incluindo os conflitos bélicos seguidos de mortes, suicídio (como foi o caso de Severo), até que Constantino tornou-se o único imperador no ano de 324 ao tomar posse do palácio imperial na Nicomédia (TREADGOLD, 1997, p. 29 - 36).

No ínterim dos conflitos, o imperador Maximiano dá a mão de sua filha Fausta (289 – 326) a Constantino. A menina teria aproximadamente nove anos, enquanto o noivo já seria um homem de 35 anos, e essa grande diferença de idade era uma prática comum para o período. E Fausta teria uma grande importância para um episódio na vida de Constantino, como será descrito mais adiante.



Em relação ao império herdado por Constantino, alguns anos antes, Diocleciano havia promovido diversas mudanças administrativas no império, e Constantino deu continuidade a elas, herdando problemas financeiros e alta inflação, de acordo com Averil Cameron. Era sabido que o imperador possuía grande simpatia pela religião cristã, talvez por influência de sua mãe, que posteriormente tornou-se santa, se apoiando na lenda de que Helena teria encontrado a verdadeira cruz de Cristo em uma peregrinação à Jerusalém.

Em virtude desta grande simpatia, o imperador fazia grandes doações para a construção e manutenção de igrejas em todo o Império (CAMERON, 1993, p. 113). É daí que pode ter se originado a afirmação de que Constantino I teria sido um gastador, pensando também na refundação de Constantinopla, com a ampliação da antiga cidade de Bizâncio, as novas construções de edifícios públicos e decoração dos mesmos e de toda a cidade (JONES, 1964, p. 111).

A simpatia de Constantino I pelos cristãos também era vista na escolha dos funcionários, e o imperador não escondia suas preferências. Apesar de ter mantido as mudanças de Diocleciano, o imperador também inovou no que diz respeito à administração imperial. Modificou ou criou alguns departamentos no *comitatus*⁶, criou o cargo de *magister officiorum*⁷ e também deu grande prestígio aos prefeitos pretorianos, que já eram muito importantes desde o governo de Diocleciano. O imperador também foi o responsável pela criação de uma nova moeda de ouro, chamada de *solidus* (JONES, 1964, p. 103-107). Warren Treadgold afirma categoricamente que sem as mudanças promovidas décadas antes por Diocleciano, o governo de Constantino I teria sido um grande desastre e é muito provável que nem tivesse acontecido.

No campo religioso, Constantino teve grande importância quando organizou o Concílio de Niceia, no ano de 325. Este concílio funcionou como uma tentativa de se ter um consenso sobre o credo seguido pela religião cristã (Credo Niceno), práticas litúrgicas e também estabelecer a questão da natureza divina de Cristo. Também é dito que durante este concílio, foi decidida e fixada a data da comemoração da Páscoa. Outro tópico de grande importância foi a discussão do Arianismo ou a controvérsia ariana, pois diversos bispos acreditavam que os ensinamentos de Ário eram carregados de heresia devido às afirmações do mesmo sobre a natureza humana e divina de Cristo (BARNES, 2014, p. 120 - 124; POHLSANDER, 1996, p. 51-55).

A conversão de Constantino ainda é motivo de muitas controvérsias entre os historiadores, pois não se sabe com exatidão quando e em quais circunstâncias teria ocorrido. Muitos até duvidam que de fato ele tenha se batizado, mas Zósimo, por exemplo, em um trecho que veremos mais adiante, acreditava que Constantino se converteu após

⁶ Comitativa do imperador, que incluía funcionários civis e militares (NICHOLSON, 2018, p. 377).

⁷ Funcionário imperial responsável pela administração civil do Império (KAZHDAN, 1991, p. 1267).



ordenar a morte do filho e da esposa (BURCKHARDT, 1949, p. 294). Outros, afirmam que sua conversão se deu no leito de morte. Outro questionamento ainda não respondido, seria se a mãe de Constantino teria alguma influência sobre a nova religião do filho, pois seria cristã desde nascença, ou se os dois haviam se convertido juntos. Em um trecho de sua obra *Constantine: Dynasty, Religion and Power in the Later Roman Empire*, Barnes afirma que:

o processo psicológico interno que levou à “conversão” de Constantino e sua aceitação pública da religião cristã não é importante para o historiador porque é indetectável — e talvez não estivesse claro até para o próprio Constantino. O que é importante tanto para a história quanto para o historiador é que Constantino declarou ele mesmo um cristão antes da Batalha da Ponte de Mílvia em 28 de outubro de 312 (2014, p. 80).

Barnes estabelece essa data específica, pois na narrativa da vida de Constantino escrita por Eusébio de Cesareia (c. 265 – 339), o imperador atribuiu a vitória ao Deus cristão, pois na noite anterior à batalha, o imperador teria sonhado com uma cruz que trazia os dizeres “*In hoc signo vinces*” (“com este sinal vencerás”), e ordenou que fosse pintada uma cruz nos escudos de seu exército (BARNES, 2014, p. 81). A data da batalha também é lembrada por Noel Lenski em *The Cambridge Companion to the Age of Constantine*, afirmando que após a vitória contra Maxêncio, o imperador passou a “divulgar” a sua conversão à nova religião (LENSKI, 2006, p. 3).

A questão da conversão e batismo também são discutidas, pois em nenhum momento os autores afirmam que Constantino havia se batizado ou que frequentava as igrejas de maneira a professar a religião, por isso, a narrativa de que o batizado apenas ocorreu em seu leito de morte para que assim fosse absolvido de seus pecados. A necessidade de se batizar após o nascimento para que em caso de morte a criança não fosse para o inferno não acontecia na Antiguidade Tardia, portanto, não havia pressa para o imperador ou qualquer outra pessoa que se convertesse também fosse batizada.

Um dos autores que traduziu a obra de Zósimo, François Paschoud escreveu um artigo intitulado “*Zosime 2,29 et la version paienne de la conversion de Constantin*”, e ele afirma que de fato, a conversão do imperador e as discussões dos historiadores é um problema quando a veracidade e a cronologia. E também afirma que os autores contemporâneos negligenciaram a versão não-cristã escrita por Zósimo, uma vez que o autor antigo situa esse momento no ano de 326, quatorze anos depois do que é estipulado, na batalha da Ponte de Mílvia, e ocorreu também por motivos completamente distintos, como descreveremos abaixo (PASCHOUD, 1971, p. 334 - 335).



“A RELIGIÃO CRISTÃ O ABSOLVERIA DA CULPA”

É dessa forma que Zósimo se refere ao episódio onde supostamente Constantino mandou assassinar seu filho Crispo (? – 326) e posteriormente sua segunda esposa, Fausta, por suspeita de um complô pelo poder ou o descobrimento de um adultério. Como dito anteriormente, a posição anti-cristã de Zósimo em sua obra é bem clara, e já no início da parte em que temos acesso do Livro II, o autor antigo afirma que os deuses estariam furiosos com os romanos, pois estes estavam abandonando a prática dos sacrifícios. Além disso, Zósimo também aponta o abandono dos Jogos Seculares, além de outras celebrações aos deuses romanos.

Os Jogos Seculares deixaram de ser celebrados — ou, nas palavras de Zósimo, negligenciados — após a abdicação de Diocleciano, e que o império romano estava seguro neste período, mas que com o início da negligência, também se iniciou o colapso de Roma e o império teria sido “imperceptivelmente barbarizado” (ZOS, II, 7).

Há um trecho onde Zósimo narra como eram celebrados os Jogos Seculares, visto que em seu tempo, a prática da antiga religião romana havia mudado muito. Mas nesta descrição sobre a celebração, Zósimo demonstra grande conhecimento sobre as práticas e rituais, inclusive conhecimento sobre algumas instituições romanas e sobre como os escravos eram proibidos de participar, pois apenas os homens livres eram incluídos:

É assim que nos dizem que o festival foi celebrado. Os Arautos saem convocando todos para assistirem a um espetáculo que nunca viram antes e nunca mais verão. No verão, poucos dias antes de seu início, os *Quindecemviri* sentam-se no Capitólio e no templo palatino em um tribunal e distribuem agentes purificadores, como tochas, enxofre e piche, ao povo; escravos não participam disso, apenas homens livres. (2) Quando todo o povo se reúne nos lugares acima mencionados e no templo de Diana no Aventino, cada um trazendo trigo, cevada e feijão, eles mantêm as vigílias noturnas aos Fatos com grande solenidade pelas noites. Então, quando chega a hora do festival, que é comemorado por três dias e três noites no *Campus Martius*, as vítimas são dedicadas à margem do Tibre em Tarentum. Eles sacrificam a Júpiter, Juno, Apolo, Latona, Diana e também aos Fatos, Ceres, Dis e Prosérpina (ZOS, II, 5).

Após esse trecho, Zósimo reafirma o que diz anteriormente, de que havia outras celebrações em concordância com os deuses, e que enquanto elas estavam acontecendo, o império permaneceu intacto. Além disso, ele também inclui um oráculo que afirmava que enquanto as celebrações ainda ocorressem, nada aconteceria a Roma.

Os *Quindecemviri* a quem Zósimo se refere, se trata dos “Quindecênviros dos fatos sagrados”, ou seja, os quinze membros com funções sacerdotais que pertenciam ao Colégio dos Quinze e guardavam os Livros Sibilinos. Devemos explicar que o “colégio” ao qual nos referimos, se trata de uma corporação, de origem pública ou privada com personalidade jurídica (NICHOLSON, 2018, p. 693 - 694). Os Livros Sibilinos tratam-se de um compilado



de oráculos, originalmente da Sibila de Cumas, uma profetisa (NICHOLSON, 2018, p. 1377 - 1378).

Zósimo também trata das origens de Constantino e questiona a legitimidade de seu governo, quando afirma que Helena, a mãe do imperador, era uma mulher baixa, e mais adiante a acusa de ser prostituta, algo que era comum no período, quando a intenção era retratar imperatrizes com termos pejorativos. E nosso autor antigo fala rapidamente e sem grandes detalhes quando Constantino foi proclamado Augusto, mas descreve todos os conflitos entre os imperadores.

O período em que foi promulgado do Edito de Milão, em 313, não há nenhuma menção sobre o episódio ou sobre a religião cristã na obra de Zósimo, pois no trecho dessa periodização, o autor segue descrevendo os conflitos entre Licínio (265 – 325) e Maximino, e posteriormente o conflito entre Constantino e Licínio. No livro em questão, Zósimo faz uma descrição bastante detalhada dos conflitos internos entre os imperadores pelo poder, e as principais críticas se iniciam após Constantino tornar-se o único imperador romano.

Seguindo nesta cronologia, é agora que Zósimo afirma que Constantino “ainda praticava a religião ancestral, embora não tanto por honra como por necessidade”, principalmente, pois um oráculo havia previsto a vitória de Constantino contra Licínio, portanto, o imperador não poderia ignorar a religião romana. O autor antigo também acusa o imperador de agir com arrogância e impiedade, e cita o episódio já comentado de seu filho e sua esposa.

Zósimo conta que, sem se basear em nenhuma lei, Constantino mata seu filho Crispo, por suspeita de estar tendo relações com sua madrasta, e em seguida, a mãe do imperador, Helena, teria se entristecido com a perda do neto, e em um impulso de agradá-la e confortá-la, manda matar Fausta, preparando para a esposa um banho muito quente, que acabou levando-a à morte (ZOS, II, 29). Após essa descrição, Zósimo afirma que um homem de origem egípcia, que viajava da Espanha até Roma, disse ao imperador que a religião cristã conseguiria absolvê-lo da culpa que sentia pelos dois assassinatos, e assim, Constantino teria se convertido à religião cristã apenas por esse motivo, pois acreditando no egípcio, abandonou todas as antigas divindades.

Após isso, Constantino teria começado a duvidar das divindades e lembrando-se das profecias que predisseram as suas vitórias, teve medo de que, caso obtivesse algum insucesso, essas mesmas profecias e divindades se voltassem contra ele e a população poderia questionar o seu poder e suas decisões. Decidiu, então, abolir todas as divindades. Isso ocorreu no ano de 318, e Zósimo nos diz que:

Ele começou sua impiedade duvidando da adivinhação; pois como muitas de suas previsões sobre seus sucessos haviam sido cumpridas, ele temia



que as pessoas indagando sobre o futuro pudessem ouvir profecias sobre seus infortúnios (ZOS, II, 29, 4).

Nos trechos a seguir, Zósimo parte então para falar sobre Constantinopla, onde afirma que Constantino decidiu fundar uma nova cidade para ser antagonista a Roma e construir um palácio. Mas no meio do projeto, Constantino abandonou o local, deixando algumas fundações e uma parte de uma muralha e partiu para Bizâncio. A localização da cidade agradou ao imperador, então ele decidiu aumentar a antiga cidade de Bizâncio e torná-la digna de ser o domicílio de um imperador:

Constantino construiu um fórum circular onde ficava o portão e o cercou com pórticos de telhado duplo. Ele colocou dois enormes arcos de mármore proconnésio um em frente ao outro, através dos quais se podia entrar no pórtico de Severo ou sair da cidade velha. Para tornar a cidade muito maior, ele a cercou com um muro quinze estádios além do antigo, cortando todo o istmo de mar a mar (ZOS, II, 30).

Zósimo também descreve as decorações incorporadas na cidade e dos palácios, inclusive elogiando algumas delas, mas é importante observar que nenhuma das construções citadas por Zósimo, envolvem a religião cristã, por isso ele tece elogios:

Quando ampliou assim a cidade original, construiu um palácio pouco inferior ao de Roma. Ele decorou o hipódromo mais lindamente, incorporando nele o templo dos Dióscuros; suas estátuas ainda podem ser vistas nos pórticos do hipódromo. Ele até colocou em algum lugar do hipódromo o tripé de Apolo Delfico, que tinha nele a própria imagem de Apolo (ZOS II, 30, 1).

Mas os elogios logo cessam, e Zósimo afirma que Constantino não lutou com sucesso mais nenhuma batalha e devotou sua vida ao prazer, e gastou enorme quantidade de dinheiro em estruturas que eram inúteis — e aqui podemos supor que se trata de igrejas, monastérios ou qualquer outra construção de uso cristão. Também acusa o imperador de permitir aos povos germânicos acesso ao império, enfraquecendo as fronteiras e deixando que suas tropas se devotassem à luxúria.

Em uma afirmação um pouco mais dura, Zósimo afirma que Constantino foi “a origem do início da presente destruição do império”, e continuou gastando dinheiro e dando presentes a pessoas inúteis e sem valor, supostamente ligadas à igreja, cobrando impostos altíssimos do povo, inclusive afirmando que muitas cidades ficaram desertas e miseráveis. Zósimo utiliza o último parágrafo em que fala de Constantino para afirmar que após oprimir o império de todas essas maneiras, o imperador morreu de uma doença, e já inicia a narração da divisão do império pelos filhos de Constantino.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando analisamos a obra de Zósimo e as críticas que faz, principalmente a Constantino, é comum que elas sejam direcionadas às políticas religiosas. No projeto de pesquisa que elaboramos, visamos observar como Zósimo enxerga os outros aspectos do governo de Constantino, pensando na administração (principalmente fiscal) e nas questões militares. Os trabalhos, sejam eles artigos ou livros que tratam sobre Zósimo, sempre recorrem a essa temática da religião, ora apenas mostrando qual a sua visão sobre a religião cristã, ora tecendo críticas pela sua posição não-cristã. Os autores antigos focam principalmente nessa questão da própria religião de Zósimo, como, por exemplo, Evágrio Escolástico, um historiador eclesiástico bizantino, que viveu no século IV e tratava Zósimo pejorativamente (KAZHDAN, 1991, p. 761).

Os autores contemporâneos buscam ser imparciais com as opiniões não-cristãs, muitas vezes tratando Zósimo como um historiador que tratou da erroneamente chamada “queda de Roma”, que preferimos tratar como o período de mudanças políticas que aconteceu na porção ocidental do Império.

Diante da grande gama de autores cristãos no período de Constantino e Zósimo, é de extremo interesse que também observemos como um autor não-cristão trata dos mesmos acontecimentos, mesmo que suas opiniões sejam totalmente parciais. Além disso, não há na pesquisa acadêmica tantos estudos sobre Zósimo, visto que muitos autores que o utilizam, às vezes com passagens curtas ou análises superficiais, mencionando o autor antigo e sua obra apenas como origem de informações utilizadas anteriormente por outros autores. E os trabalhos que de fato abordam Zósimo e sua obra, focam em suas opiniões religiosas e como nosso autor narra, o que erroneamente os autores contemporâneos chamam de “queda de Roma”, mas que atualmente, é tratado como um período de diversas mudanças políticas.

Concluimos que Zósimo tem em vista mostrar, principalmente no Livro II, como Constantino e os próprios romanos levaram Roma às ruínas, mostrando como a eliminação de alguns dos rituais antigos e acontecimentos que teriam levado ao cenário político em que o próprio autor estava vivenciando.



FONTES

ZOSIME. **Histoire Nouvelle**. Tome I: Livres I-II. Paris: Les Belles Lettres, 2000. Texte établi et traduit par: François Paschoud.

ZOZIMUS. **New History**. A Translation with Commentary by Ronald T. Ridley. Canberra: Australian Association for Byzantine Studies, 1982.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

BARNES, Timothy D. **Constantine: Dynasty, Religion and Power in the Later Roman Empire**. Chichester: Wiley Blackwell, 2014.

BARNISH, Sam; LEE, A. D.; WHITBY, Michael. Government and administration. *In*: CAMERON, Averil; WARD-PERKINS, Bryan; WHITBY, Michael (eds.). **The Cambridge Ancient History**. Cambridge: University Press, v. 14, 2008, p. 165 - 206.

BUCK, David F. Eunapius of Sardis and Theodosius the Great. **Byzantion**, Louvain, v. 58, n. 1, p. 36 - 53, 1988.

BUCK, David F. On Two *lacunae* in Zosimus' New History. **The Classical Quarterly**, Cambridge, v. 49, n. 1, p. 342 - 344, 1999.

BURCKHARDT, Jacob. **The Age of Constantine de Great**. Londres: Routledge, 1949.

CAMERON, A. **The Later Roman Empire**. AD 284-430. London: Fontana Press, 1993.

ERRINGTON, Robert Malcolm. **Roman Imperial Policy from Julian to Theodosius**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2006.

FRANCO JÚNIOR, Hilário; ANDRADE FILHO, Ruy de Oliveira. **O Império Bizantino**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HAARER, Fiona K. **Anastasius I: Politics and Empire in the Late Roman World**. Cambridge: Francis Cairns, 2006.

HALDON, John. Late Rome, Byzantium, and early medieval western Europe. *In*: MONSON, Andrew; SCHEIDEL, Walter (eds.). **Fiscal Regimes and the Political Economy of Premodern States**. Cambridge: University Press, 2015, p. 345 - 389.

HARL, Kenneth W. Sacrifice and Pagan Belief in Fifth and Sixth Century Byzantium. **Past & Present**, Oxford, n. 128, p. 7 - 27, 1990.

HUMPHRIES, Mark. Christianity and Paganism in the Roman Empire, 250-450 CE. *In*: BAKER-BRIAN, Nicholas; LOSSL, Josef. **A Companion To Religion in Late Antiquity**. New Jersey: John Wiley & Sons Inc., 2018, p. 61 - 80.

JONES, Arnold Hugh Martin. **The Later Roman Empire, 284-602**. Baltimore: Hopkins, v. 1, 1992.



KAHLOS, Maijastina. **Religious Dissent in Late Antiquity**, 350-450. New York: Oxford University Press, 2020, p. 92 - 104.

KAZHDAN, Alexander P. **The Oxford Dictionary of Byzantium**. New York: Oxford University Press, v. 2, 1991.

KOZINSKI, Rafal. **The Emperor Zeno: religion and politics**. Kraków: Towarzystwo Wydawnicze "Historia Iagellonica", 2010.

LENSKI, Noel (ed.). **The Cambridge Companion to the Age of Constantine**. New York: Cambridge University Press, 2006.

MALDONADO, Rafael Alejandro Mesa. **El fin de Roma en la visión de un pagano**. Esbozo sobre la obra de Zósimo, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/40019653/El_fin_de_Roma_a_los_ojos_de_un_pagano_Esbozo_sobre_la_obra_de_Zósimo. Acesso em: 04 de nov. 2022.

McCORMICK, Michael. Emperor and court. *In*: CAMERON, Averil; WARD-PERKINS, Bryan; WHITBY, Michael. **The Cambridge Ancient History**. Cambridge: University Press, v. 14, 2008, p. 135 - 163.

NICHOLSON, Oliver. **The Oxford Dictionary of Late Antiquity**. New York: Oxford University Press, 2018.

NIUTTA, Francesca. Zosimus Historicus. *In*: DINKOVA-BRUUN, Greti. (ed.) **Catalogus Translationum et Commentariorum**. Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 2016, vol. 11, p. 153 - 210.

PASCHOUD, François. Zosime 2,29 et la version paienne de la conversion de Constantin. **Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte**, Stuttgart, bd. 20, h. 2/3, p. 334 - 353, 1971.

PASCHOUD, François. Zosime et Constantin. Nouvelles controverses. **Museum Helveticum**, Basel, v. 54, n. 1, p. 9 - 28, 1997.

PHARR, Clyde. **The Theodosian Code and novels and the Sirmundian Constitutions**. New Jersey: Princeton University Press, 1952.

POHLSANDER, Hans A. **The Emperor Constantine**. New York: Routledge, 1996.

STENGER, Jan R. The "Pagans" of Late Antiquity. *In*: BAKER-BRIAN, Nicholas; LOSSL, Josef. **A Companion To Religion in Late Antiquity**. New Jersey: John Wiley & Sons Inc., 2018, p. 391 - 410.

TREADGOLD, Warren. **A History of the Byzantine State and Society**. Stanford: University Press, 1997.